



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
14/08/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 19

Aos catorze dias do mês de agosto de dois mil e catorze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alberto Fernandes Logrado;
- Paulo Jorge Campos Vicente;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:40 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

A Sr.ª Vereadora Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho não esteve presente por se encontrar de férias.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

- 1. PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO**
- 2. APROVAÇÃO DA ATA N.º 16, DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 15 DE JULHO DE 2014**
- 3. APROVAÇÃO DA ATA N.º 17, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 17 DE JULHO DE 2014**
- 4. APROVAÇÃO DA ATA N.º 18, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 31 DE JULHO DE 2014**
- 5. REQ. N. 1113/14, DATADO DE 25/07/2014 – PC N.º 157/14, DATADO DE 09/05/2014 – ANGELA RODNITCHI**

6. REQ. N. 858/14, DATADO DE 11/06/2014 – PC N.º 155/14, DATADO DE 09/05/2014 – JORGE MANUEL DINIS GOMES
7. REQ. N. 1084/14, DATADO DE 18/07/2014 – PC N.º 259/14, DATADO DE 18/07/2014 – MARIA FERNANDA PEDROSA MARTINS DE JESUS
8. REQ. N. 312/14, DATADO DE 05/03/2014 – PC N.º 463/13, DATADO DE 20/12/2013 – MANUEL BARBEIRO COSTA
9. REQ. N. 1144/14, DATADO DE 29/07/2014 – PC N.º 62/14, DATADO DE 28/02/2014 – JOSÉ LUÍS MONTEIRO DOS SANTOS
10. REQ. N. 1034/14, DATADO DE 09/07/2014 – PC N.º 337/13, DATADO DE 12/09/2013 – MÁRIO SIMÃO RODRIGUES
11. REQ. N. 1143/14, DATADO DE 29/07/2014 – PC N.º 440/13, DATADO DE 26/11/2013 – ANA LUÍSA CORREIA DE OLIVEIRA SISMEIRO
12. REQ. N. 1137/14, DATADO DE 28/07/2014 – PC N.º 336/12, DATADO DE 13/11/2012 – JOSÉ AUGUSTO PIEDADE CARREIRA
13. REQ. N. 1148/14, DATADO DE 30/07/2014 – PC N.º 55/14, DATADO DE 24/02/2014 – ALBERTO LUÍS
14. REQ. N. 1172/14, DATADO DE 05/08/2014 – PC N.º 254/14, DATADO DE 11/07/2014 – MANUEL LEAL SANTOS
15. REQ. N. 994/14, DATADO DE 02/07/2014 – PC N.º 239/14, DATADO DE 02/07/2014 – RECICLAUREANO – COMÉRCIO DE SUCATAS, LDA
16. REQ. N. 1194/14, DATADO DE 11/08/2014 – PC N.º 817/05, DATADO DE 22/11/2005 – FERNANDO JOSÉ JESUS OLIVEIRA FERREIRA
17. REQ. N. 1032/14, DATADO DE 09/07/2014 – PC N.º 247/14, DATADO DE 09/07/2014 – JR MOLDES – UNIPESSOAL, LDA
18. REQ. N. 1093/14, DATADO DE 21/07/2012 – PC N.º 261/14, DATADO DE 21/07/2014 – VERA FLOR GONÇALVES ROSA
19. REQ. N. 1176/14, DATADO DE 06/08/2014 – PC N.º 93/14, DATADO DE 27/03/2014 – VÍTOR MANUEL BÁRBARA CAMINHO
20. REQ. N. 1183/14, DATADO DE 07/08/2014 – PC N.º 711/03, DATADO DE 11/09/2003 – ADRIANO NEVES FERREIRA

21. REQ. N. 574/12, DATADO DE 02/04/2012 – PC N.º 584/02, DATADO DE 27/06/2002 – SOCIEDADE DESPORTIVA E RECREATIVA DE PILADO E ESCOURA
22. REQ. N. 694/12, DATADO DE 23/04/2012 – PC N.º 93/09, DATADO DE 08/05/2009 – FLÁVIO FILIPE SANTOS SILVA
23. REQ. N. 557/11, DATADO DE 17/03/2011 – PC N.º 316/03, DATADO DE 23/04/2003 – PAULO JORGE FIGUEIRAL CORREIA
24. REQ. N. 1127/14, DATADO DE 25/07/2014 – PC N.º 220/14, DATADO DE 19/06/2014 – SEVLAIRES – PLÁSTICOS, LDA
25. REQ. N. 324/14, DATADO DE 06/03/2014 – PC N.º 1049/02, DATADO DE 06/12/2002 – SILVINO SILVA CARREIRA
26. REQ. N. 669/14, DATADO DE 09/05/2014 – PC N.º 614/03, DATADO DE 31/07/2003 – JOSÉ GASPAR NETO
27. REQ. N. 1169/14, DATADO DE 05/08/2014 – PC N.º 279/14, DATADO DE 05/08/2014 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.
28. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS
29. RELAÇÃO DOS SERVIÇOS ADJUDICADOS NO MÊS DE JULHO DE 2014, NO ÂMBITO DO PARECER PRÉVIO GENÉRICO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ATENTO O PRECEITUADO NO ART.º 73.º DA LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2014.
30. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73.º DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DA *“PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA PARA A CASA DA CULTURA – TEATRO STEPHENS”*
31. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73.º DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE *“ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO PARA O ENSINO BÁSICO, NO ÂMBITO DA COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA NAS ESCOLAS DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE NOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS MARINHA GRANDE NASCENTE, MARINHA GRANDE POENTE E VIEIRA DE LEIRIA, PARA O ANO LETIVO 2014/2015”*

32. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO - REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA
33. TRANSFERÊNCIA HABITACIONAL DA INQUILINA CATARINA SOLANGE SOARES, RESIDENTE NA PRACETA DA LIBERDADE, BLOCO 3, R/C DTO., POR MOTIVO DE ADEQUAÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR À TIPOLOGIA DA HABITAÇÃO
34. TRANSFERÊNCIA HABITACIONAL DA INQUILINA ROSA MANUELA FERREIRA MARTINS, RESIDENTE NA RUA JÚLIO BRAGA BARROS, BLOCO 1, 2ºC, POR MOTIVO DE ADEQUAÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR À TIPOLOGIA DA HABITAÇÃO
35. RESUMO DE TESOURARIA



1 - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

Nos termos do previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 49.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi concedido um período para intervenção e esclarecimento ao público.

Encontrava-se inscrito e usou da palavra o seguinte munícipe:

1 - Sr. Amadeu Domingues Carlos, residente na Rua dos Francos, n.º 4, Amieira, Marinha Grande, que pretende falar sobre:

- Ciganos na Charneca da Amieira;
- Terreno camarário que se encontra junto ao furo de captação de água do Pêro Neto;
- Muro das antigas empresa Angolana e Manuel Pereira Roldão;
- Degradação das proteções/vedações na Praça Afonso Lopes Vieira - S. Pedro de Moel.

Antes de abordar os mencionados assuntos, o Sr. Amadeu referiu que é a terceira vez que vem a uma reunião pública da Câmara Municipal. A primeira foi há muitos anos, a segunda em 2002, para falar sobre um projeto para uma empresa, que demorou dois anos e meio a ser analisado, e hoje, para falar, num sentido construtivo, sobre assuntos que o preocupam como munícipe.

- Ciganos na Charneca da Amieira – em tempos pôs uma rede junto à sua empresa e colocou cimento, foi abordado pelo fiscal municipal, que o impediu, retirou-o, e agora não consegue compreender porque é que os ciganos estão a construir

barracas na Charneca da Amieira sem que ninguém os impeça. Será que, por temerem que sejam violentos, têm um estatuto especial, diferente do normal cidadão? Eles têm os seus direitos mas também têm que cumprir com as suas obrigações.

- Muros das antigas empresas Angolana e Manuel Pereira Roldão – estão muito degradados e, mais dia menos dia, vão cair, pelo que é preciso tomar medidas quanto antes para evitar qualquer fatalidade.
- Terreno camarário que se encontra junto ao furo de captação de água do Pêro Neto há um terreno, com cerca de 960 metros, da Sr.^a Isabel Feliciano, que mudou a vedação avançando mais para a frente, apanhando terreno da Câmara e de outros proprietários. O fiscal Carlos Duarte tem conhecimento desta situação, pois já lhe chamou a atenção há cerca de dois anos. Não se pode assistir a isto impávidos e serenos, há que tomar medidas, e não lhe parece que o argumento seja a falta de gente, até porque o Presidente da Câmara reduziu o horário de trabalho das 40 para as 35 horas.
- Degradação das proteções/vedações na Praça Afonso Lopes Vieira - S. Pedro de Moel – aflige-o a situação em que se encontra a praia de S. Pedro: caiu o muro e pôs-se uma fita de plástico, quando a madeira para repor nem é assim tão cara, e se for por isso até se dispõe a oferecê-la. A esta situação chama desleixo, não só por parte de quem governa a Câmara mas de toda a gente que o rodeia, e deixa-o triste, pois até foi questionado por uma pessoa que o visitou se a praia era pública ou privada.
Terminou a sua intervenção disponibilizando-se para colaborar com a Câmara, oferecendo toda a sua ajuda.

No âmbito dos seus pelouros, o Sr. Vereador Paulo Vicente respondeu o seguinte:

- Terreno junto ao furo de captação de água - os furos de captação têm um caminho de acesso, tem lá ido diversas vezes, e sempre o caminho teve aquela configuração. Há cerca de 2 ou 3 anos houve problemas com um proprietário e mandou fazer um levantamento. Agora, depois deste alerta, vai mandar ver a deslocação da vedação.
- Obras nas praias – não é desleixo, está na jurisdição da APA – Agência Portuguesa do Ambiente, e a Câmara estabeleceu um protocolo com eles para ser a CMMG a fazer a recuperação das praias. O acordo é de abril, são obras financiadas e sujeitas a concurso público, que tem decorrido dentro dos prazos normais. A adjudicação da obra é de 10/07/2014, foi feito o contrato no fim do mês de julho e as obras mais leves poderiam ser executadas no início de agosto, como era o caso da colocação das madeiras, só que as empresas que as fornecem encontram-se de férias até 20 de agosto. As obras que envolvem maquinaria pesada, na Praia Velha, não poderiam ser executadas em pleno mês de férias, pelo que está tudo pronto para arrancar em setembro. As obras do lado de lá do rio, na Praia da Vieira, puderam começar porque é uma praia não concessionada. As praias não estão

esquecidas, as casas de banho foram reconstruídas e hoje já estão em funcionamento.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** pediu para intervir, e depois de cumprimentar todos os presentes, referiu que se assistiu hoje a mais uma novidade no panorama político da Marinha Grande, uma vez que não era hábito os membros dos órgãos autárquicos virem colocar questões à Câmara Municipal, até porque têm espaço próprio no órgão a que pertencem para colocarem as questões relativas ao concelho. O Sr. Amadeu tem todo o direito de aqui vir, não é uma crítica, mas é esta a sua opinião. O Sr. Amadeu tem uma posição destacada no panorama dos autarcas eleitos na Marinha Grande, e não pode pedir esclarecimentos e depois tirar conclusões, como fez na afirmação do desleixo de “toda a gente que o rodeia” (ao Presidente da Câmara), com a qual se sentiu atingido. Manifestou também o seu desagrado e perplexidade sobre o comentário dos horários de trabalho, uma vez que todos têm direito ao trabalho mas também ao descanso e ao lazer, a viver a vida com dignidade, e essa dignidade tem a ver com os horários de trabalho, porque estamos aqui para produzir mas também para ter direitos.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** usou da palavra, cumprimentando todos os presentes e salientando o prazer que tem com a intervenção dos munícipes, pois o mais importante é a participação de todos, feita nestes fóruns, como é a Câmara Municipal. Fez um apelo, de que a imprensa deverá fazer eco, para a participação maciça de toda a população nestas reuniões, para fazer refletir sobre a boa forma de fazer política e de boa governação.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** também usou da palavra, referindo que a intervenção do Sr. Amadeu foi feita por consciência própria, parecendo-lhe que os 4 temas que apresentou não devem ser discutidos no órgão a que ele pertence, e por isso, como munícipe, tem todo o direito de aqui vir. Não conhece as obras dos ciganos, mas presume que sejam legais, uma vez que a Câmara está a deixar fazê-las. Os assuntos abordados dizem respeito à nossa terra e qualquer um deve vir aqui colocá-los. Sobre o horário de trabalho referiu que o Tribunal Constitucional fala em equidade, mas permite que em Portugal alguns trabalhem 35 horas e outros 40 horas. É uma visão a opinião de cada um sobre este assunto, mas o importante é darmos respostas aos cidadãos da nossa terra.

O Sr. Presidente respondeu o seguinte:

- Empresas – agora as respostas aos processos das empresas são dadas em 15 dias. O passado é de outros e não tem nada a ver com isso.
- Ciganos – não têm estatuto especial, mas se calhar têm no órgão a que o Sr. Amadeu pertence, e era aí que deveria ter colocado a questão. Relembrou que o Presidente da Câmara tem sido o órgão que mais tem dado a cara na discussão dos assuntos sobre os ciganos.

- Terreno - já deu ordens ao Chefe da Divisão Jurídica para atuar, em termos de fiscalização, relativamente à questão apresentada.
- Muros – a Angolana está classificada e pertence à Visabeiras, que deveria ter vergonha de ter a propriedade como tem. A Câmara não tem andado distraída nem tem estado a dormir. Exemplo de que estamos atentos é o caso do Hotel de S. Pedro, em que o Presidente da Câmara demorou a descobrir quem era o dono (era do BES), mas logo que soube atuou e mandou emparedar a vergonha que lá estava. Nesta situação, caso a Visabeiras não venha resolvê-la, irá um comunicado para a comunicação social.
- Praia de S. Pedro – a Câmara substituiu-se ao poder central e vai gastar muito dinheiro para o fazer.
- Horário de trabalho – não comenta, referindo apenas que assinou o contrato com os dois sindicatos, que respeita, agora tal como antes do 25 de abril. Não recebe lições sobre gestão de recursos humanos de ninguém, e este pelouro é seu.

Nesta altura o **Sr. Amadeu** pediu para falar.

O **Sr. Presidente** informou que não pode falar, uma vez que o Regimento imposto pelo seu movimento não o permite.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** protestou contra esta afirmação.

O **Sr. Amadeu** disse que deste modo terá que se defender na praça pública.

O Sr. Presidente deu por encerrado o período de intervenção do público, dando início ao período de antes da ordem do dia.



PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O **Sr. Vereador António Santos** referiu que tem vindo a assistir a muita retórica política, pelo que hoje também ele o vai fazer. Vai utilizar escárnio e mal dizer, sátira, mas também bem dizer.

- ⇒ Feiras medievais – têm-se realizado muitas pelos arredores, a Marinha Grande não fez nenhuma, e bem, pois além de não termos essa tradição até já temos o mercado municipal, que é uma feira medieval.
- ⇒ Estrada de S. Pedro – foi a S. Pedro à noite, e constatou que a estrada está cheia de raízes e lombas, que estragam os carros. Houve até um munícipe que lhe sugeriu sinalizar, com tinta colorida, cada uma das raízes, o que até ficava bem, pois além de ser útil era decorativo. Sabe que a estrada não é da responsabilidade da Câmara, mas esta deve fazer pressão junto das entidades.

De seguida abordou os seguintes assuntos relativos a S. Pedro de Moel:

- ⇒ Quando chegou a S. Pedro deparou-se com uma poça de água com um cheiro nauseabundo. Telefonou ao Vereador Paulo Vicente, e foi tratado de imediato, pelo que deixa aqui o elogio pela prontidão na resolução do problema.
- ⇒ A rampa para deficientes continua por resolver.
- ⇒ A piscina é uma nódoa estar como está.
- ⇒ Enalteceu a rampa de acesso à praia executada junto ao bar (manteve o elogio, apesar de ter sido informado que não foi feita pela Câmara mas sim pelo concessionário).
- ⇒ As árvores que estão no parque de estacionamento da piscina necessitam de ser cortadas, porque tapam os passeios. O Vereador Paulo Vicente informou que a Câmara aparou o que era público, mas esse espaço é privado, propriedade da Promoel.
- ⇒ No local onde já esteve um bar, junto ao miradouro, ficava bem um bar panorâmico, todo em vidro, tal como já lhe foi sugerido por um município.
- ⇒ A festa da MOHER acabou por correr bem, graças ao bem fazer de todos os cidadãos anónimos, mas quase que ia correndo mal.

Sobre a Vieira referiu o seguinte:

- ⇒ A estrada da Vieira para a Praia ainda não está feita.
- ⇒ Este ano o passeio na praia, ao contrário do que aconteceu o ano passado, está limpo e agradável.
- ⇒ A Av.^a dos Pescadores está bonita, mas questiona se está previsto que, em caso de incêndio, os carros de bombeiros ali possam entrar.
- ⇒ A Vieira está bonita, recomenda-se, e tem tudo aquilo que a Marinha Grande, sede do concelho, não tem: mercado, piscina e praia.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** referiu que quer deixar um elogio para os munícipes que têm a coragem e ousadia de vir aqui intervir, de tal forma as respostas do executivo permanente são ferozes. Por um lado apelam à participação, por outro reagem de tal forma que afastam qualquer um. Contudo, essas informações aqui trazidas não caem em saco roto, porque trazem sempre algumas reações. Nunca aqui houve capacidade de encaixar a crítica, refugiam-se sempre nas leis, nos regulamentos, nunca aqui é dito que aceitam as críticas. Não se fazem só coisas boas ou só coisas más, fazem-se as duas, só que não aceitam que se aponte o dedo, mas parece-lhe que para o próximo ano a postura já deverá ser outra, pois já se nota uma forma diferente de fazer política. Está muito orgulhoso por ter feito aprovar a proposta de abrir as reuniões ao público, senão hoje não estaria aqui ninguém.

Não dar a palavra para resposta transforma as intervenções num monólogo, é muito penalizador, mas é sempre escudado no regimento. Há aqui um muro à participação dos munícipes na vida pública. Dizem-nos que temos o direito mas não temos, porque quando o queremos fazer não estão criadas as condições.

Na intervenção de hoje há duas vantagens: no caso dos ciganos, deu logo lugar a reação do Presidente da Câmara que mandou logo lá alguém. É bom, mas não chega, é pouco, porque a Câmara deveria ter um mecanismo, que não tem, e não funciona.

O Sr. Vereador queria prosseguir mas o Sr. Presidente informou-o que o seu tempo foi ultrapassado e retirou-lhe a palavra.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira referiu o seguinte:

- ⇒ Quando o munícipe falou sobre o varandim e o Sr. Presidente disse que era má-fé dizer que a Câmara não resolve, não é assim, porque os mesmos problemas com que a Marinha Grande se deparou também aconteceram nos concelhos de Alcobaça e Leiria, e foi feito o mínimo para que os veraneantes tivessem condições.
- ⇒ Sobre a afirmação de o regimento ter sido imposto pelo MpM ficou agora a sabê-lo, mas quer lembrar que ele foi aprovado por todos.
- ⇒ Referiu que solicitou o balanço resumo das festas da cidade, e o Sr. Vereador Vítor enviou-lhe um orçamento, quando o evento já estava feito e se deveria falar de balanço ou resumo. Em 25 de julho o Vereador mandou-lhe um novo documento em que não estão incluídos custos que não vieram aqui à reunião (aluguer de toldos e de wc's).

Deste modo, requereu que o balanço das festas da cidade seja apresentado com todas as rubricas.

O Sr. Vereador Vítor Pereira tomou nota do pedido.

- ⇒ Parque infantil – na reunião de 08 de maio foi aberto o concurso para o equipamento do parque infantil dos Mártires.
Em 05 de junho foi falado da degradação dos campos de ténis e perguntou se as obras estavam concluídas, tendo o Sr. Vereador Paulo Vicente informado que ainda não tinham terminado.
Em 19 de junho voltou a falar dos perigos.
Em 17 de julho está em ata que a Sr.^a Vereador Alexandra ficou preocupada com o que viu.
A Lei 119/2009 diz que os espaços de jogo e recreio deverão estar vedados e protegidos. Sabemos que é a ASAE quem os fiscaliza, por isso questiona do que é que estamos à espera, se é que venham cá e fechem o parque, tal como já o fizeram com o mercado. Sabemos que há uma lei, que tem que ser cumprida, e estamos à espera de quê, agora que estamos a fazer uma obra nova? Nos concelhos vizinhos a ASAE já fechou muitos parques. Não é má-fé, é um alerta para a resolução desta situação.
- ⇒ Sobre o jazigo questionou qual a situação do processo.

O Sr. Vereador Vítor Pereira referiu o seguinte:

- ⇒ A propósito da intervenção do Sr. Vereador Carlos Logrado, bem exaltada, que parece um comício eleitoral, quer-lhe dizer que é uma pessoa que aceita críticas, e até já o fez, mas não são seres amorfos, têm opinião, e tem todo o direito de ser diferente dos outros munícipes e até de todos os membros do executivo. A sua opção política é a defesa dos menos protegidos e o facto de não ter a mesma opinião do Sr. Amadeu não quer dizer que não o respeita, porque respeita.
 - ⇒ MOHER – na 2.^a feira antes das festas a organização pediu à Câmara o reforço da potência eléctrica. O processo foi acionado junto dos nossos serviços técnicos, que disseram que não tinham capacidade, foi comunicado à MOHER, que disse que iam ver a situação, e no dia seguinte, logo de manhã, disse que estava tudo ok e operacional. A Câmara não descurou a solicitação da MOHER, apesar de ter sido solicitado fora de horas.
 - ⇒ Festas da cidade – as adjudicações de que o Sr. Vereador Aurélio falou são do Pinhal das Artes e não das festas da cidade, mas se for necessário prestará mais esclarecimentos. Referiu que as festas da cidade foram um êxito mas não foram um acontecimento que mude os destinos desta terra, se bem que tenham dado uma pequena contribuição.
- O **Sr. Vereador Aurélio** voltou a referir as despesas de aluguer de toldos ocorreram em junho, quando o Pinhal das Artes foi em julho.

Neste momento os dois Vereadores envolveram-se em troca de palavras, tendo o Sr. Presidente protestado com os tempos das intervenções. De seguida deu a palavra ao Sr. Vereador Paulo Vicente, para responder às questões colocadas.

O Sr. Vereador Paulo Vicente respondeu o seguinte, no âmbito dos seus pelouros:

- ⇒ Rampa de acesso – esta rampa e a que está junto à colónia de férias vão ser intervencionadas nas obras de requalificação, para que possam ter as condições necessárias.
- ⇒ Bar panorâmico – as arribas daquele local estão instáveis, pelo que tem de haver muito cuidado.
- ⇒ O Sr. Vereador Carlos Logrado não disse nada de substancial sobre os seus pelouros, mas quer-lhe dizer que nunca reage aos munícipes com um tom de violência, poderá eventualmente elevar mais um pouco o tom da voz com o entusiasmo das suas intervenções, até pelo seu passado regional.
- ⇒ Parque Mártires – as intervenções obedecem todas à lei, como vai ser o caso do Jardim Luís de Camões. A obra ainda não está rececionada, há pormenores a ver pelo empreiteiro e pela Câmara. Há equipamentos para seniores que não têm que ser vedados. A técnica da Câmara está a acompanhar a situação. A ASAE já visitou várias vezes os nossos parques, e esta remodelação acontece por causa dessas visitas. Os serviços estão alertados para estas exigências.

O Sr. Presidente respondeu o seguinte:

- ⇒ A resposta ao Sr. Amadeu foi um pouco mais acalorada devido às expressões “vamos lá a ter mais cuidado”, “desleixo” e outros adjetivos com que apresentou os casos.
- ⇒ Feiras medievais – o nosso concelho é recente, não tem esta tradição, as Câmaras que as fazem não têm grandes condições económicas, contaram com um determinado apoio do Turismo de Portugal que veio a ser menos do que pensavam.
- ⇒ Estrada de S. Pedro – não é nossa. Já foram feitas várias reuniões com as Estradas de Portugal e a resposta é que não há dinheiro e não estão previstas mais obras nos próximos anos. Contudo, não sente muito o problema apresentado pelo Sr. Vereador António Santos porque cumpre com o limite de velocidade de 50km/hora.
- ⇒ Piscinas – refletem o estado do país e de uma empresa que era sólida e que agora tem dificuldades. Tem uma reunião marcada para a semana, e a Câmara está a tentar ajudar no que lhe é possível.
- ⇒ Estrada Vieira-Praia – um dia será feita.
- ⇒ Ao Sr. Vereador Carlos Logrado quer dizer, sobre a frase “estômago para aguentar as críticas”, que talvez tenha é que ter um estômago para aguentar certas dissertações que são feitas quando se tem tempo para vir à Marinha Grande. Nunca aqui foi tratado mal nenhum munícipe, se calhar a Câmara é que já foi maltratada por algum munícipe, que depois vieram pedir desculpas e retratar-se.
- ⇒ “Pouca capacidade para encaixar a crítica” – tinha-a antes do 25 de abril, agora não.
- ⇒ Festas da cidade – pensa que o Sr. Vereador Vítor já esclareceu, mas irá ser visto.
- ⇒ Jazigo – o processo ainda não está concluído, está-se a tentar encontrar uma solução para deslocalizá-lo sem prejudicar ninguém, porque naqueles corredores houve muitos abusos com alguns avanços das campas.
- ⇒ Ciganos – o Sr. Vereador Logrado registou que o Presidente da Câmara atuou, mas só hoje soube que andavam a levantar paredes. Os fiscais estão a atuar por sorteio das zonas. Aqui não há duas leis, uma para ciganos e outra para os restantes munícipes. Os ciganos são uma etnia nómada, e como tal estão num lugar, ficam 24 horas e seguem, não se podendo fixar num local.



2 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 16, DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 15 DE JULHO DE 2014

664 - Presente a ata n.º 16, da reunião extraordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 15 de julho de 2014, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
14/08/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 19

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

3 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 17, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 17 DE JULHO DE 2014

665 - Presente a ata n.º 17, da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 17 de julho de 2014, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 18, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 31 DE JULHO DE 2014

A pedido do Sr. Presidente este assunto foi retirado da ordem do dia, devendo ser agendado para a próxima reunião.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

O Sr. Presidente interrompeu a reunião nesta altura, para um breve intervalo, que decorreu das 11:00 horas às 11:15 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

5 - REQ. N. 1113/14, DATADO DE 25/07/2014 – PC N.º 157/14, DATADO DE 09/05/2014 – ANGELA RODNITCHI

666 - Presente requerimento n.º 1113/14, datado de 2014/07/25, constante do processo camarário n.º 157/14, subscrito por ANGELA RODNITCHI, com o NIF n.º 256003661, com residência na Rua dos Outeirinhos, n.º 100, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da “*Legalização da alteração e ampliação de edificação existente*”, incidente sobre dois prédios urbanos sitos na Rua dos Outeirinhos, n.º 100 e 100-A, freguesia e concelho de Marinha Grande, descritos na Conservatória do

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/08/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 19

Registo Predial de Marinha Grande sob os n.ºs 725 e 11.037 e inscritos na matriz predial urbana sob os artigos n.ºs 6.412 e 8.720, respetivamente.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2014/07/29, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise do pedido de licenciamento da “Legalização da alteração e ampliação de edificação existente”, incidente sobre dois prédios urbanos sitos na Rua dos Outeirinhos, n.º 100 e 100-A, freguesia e concelho de Marinha Grande, descritos na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob os n.ºs 725 e 11.037 e inscritos na matriz predial urbana sob os artigos n.ºs 6.412 e 8.720, respetivamente, com o número de processo 157/14, com data de entrada em 2014/05/09, apresentado por ANGELA RODNITCHI, com o NIF n.º 256003661, com residência na Rua dos Outeirinhos, n.º 100, freguesia e concelho de Marinha Grande, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – deferir o mesmo, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação, dos projetos das especialidades aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.
2. Instalação do recetáculo postal domiciliário efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 6 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 4 de setembro e pela Declaração de retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro.
3. Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.

Mais delibera informar o requerente que, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande em vigor, a concessão da autorização de utilização referente a obras legalizadas é sempre precedida de vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

6 - REQ. N. 858/14, DATADO DE 11/06/2014 – PC N.º 155/14, DATADO DE 09/05/2014 – JORGE MANUEL DINIS GOMES

667 - Presente pedido com o registo n.º 858/14, datado de 11/06/2014, relativo ao licenciamento de construção de uma moradia e muros, a executar na rua do Olheirão, Moita, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial de Alcobaca sob o n.º 1719 e inscrito na matriz predial rústica sob os artigos n.º 1923 e 1929,

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/08/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 19

da freguesia da Moita e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 155/14, com data de entrada de 09/05/2014, apresentado por **Jorge Manuel Dinis Gomes**, com o NIF 196 149 622, residente na Travessa das Baixas, n.º 3, freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande.

Presente informação técnica, datada de 11/08/2014, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido, nos termos do n.º 3 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do n.º 3 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a construção de uma moradia e muros, a executar na rua do Olheirão, Moita, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 1719 e inscrito na matriz predial rústica sob os artigos n.º 1923 e 1929, da freguesia da Moita e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 155/14, com data de entrada de 09/05/2014, apresentado por Jorge Manuel Dinis Gomes, com o NIF 196 149 622, residente na Travessa das Baixas, n.º 3, freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

1.- Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os projetos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro;

2.- Executar a totalidade dos trabalhos que se vierem a considerar como necessários à boa execução da obra, nomeadamente passeio ao longo da frente do terreno, em material idêntico ao existente a nascente do local.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

7 - REQ. N. 1084/14, DATADO DE 18/07/2014 – PC N.º 259/14, DATADO DE 18/07/2014 – MARIA FERNANDA PEDROSA MARTINS DE JESUS

668 - Presente requerimento n.º 1084/14, datado de 2014/07/18, constante do processo camarário n.º 259/14, subscrito por **MARIA FERNANDA PEDROSA MARTINS DE JESUS**, com o NIF n.º 178569666, residente na Rua da Cerca, n.º 47, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da “*Legalização da*

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/08/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 19

alteração e ampliação de moradia unifamiliar” existente, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua da Cerca, n.º 47, lugar de Passagem, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 4583 e inscrito na matriz predial sob o n.º 3271.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2014/07/31, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise do pedido de licenciamento da “*Legalização da alteração e ampliação de moradia unifamiliar*” existente, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua da Cerca, n.º 47, lugar de Passagem, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 4583 e inscrito na matriz predial sob o n.º 3271, com o número de processo 259/14, com data de entrada em 2014/07/18, apresentado por MARIA FERNANDA PEDROSA MARTINS DE JESUS, com o NIF n.º 178569666, residente na Rua da Cerca, n.º 47, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – deferir o mesmo, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação, dos projetos das especialidades aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.
2. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.
3. Instalação do recetáculo postal domiciliário efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 6 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 4 de setembro e pela Declaração de retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro.

Mais delibera informar o requerente que, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande em vigor, a concessão da autorização de utilização referente a obras legalizadas é sempre precedida de vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

8 - REQ. N. 312/14, DATADO DE 05/03/2014 – PC N.º 463/13, DATADO DE 20/12/2013 – MANUEL BARBEIRO COSTA

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/08/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 19

669 - Presente pedido com o registo n.º 312/14, datado de 05/03/2014 relativo a licenciamento de **legalização de alterações a moradia unifamiliar e anexo**, situados na Rua António Nobre Marques, S. Pedro de Moel, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 17344 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 9307, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 463/13, com data de entrada de 20/12/2013, apresentado por **MANUEL BARBEIRO COSTA**, com o NIF 123548934 residente na estrada das Moitas Altas, lugar de Pinheiros, freguesia de Marrazes e concelho de Leiria.

Presente informação técnica datada de 29/01/2014;

Presente informação da Chefe de Divisão de Ordenamento do Território datada de 14/08/2014;

Após análise da pretensão, a Câmara Municipal delibera DEFERIR, ao abrigo do n.º 3 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento de legalização de alterações a moradia unifamiliar e anexo, situados na Rua António Nobre Marques, S. Pedro de Moel, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 17344 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 9307, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 463/13, com data de entrada de 20/12/2013, apresentado por MANUEL BARBEIRO COSTA, com o NIF 123548934 residente na estrada das Moitas Altas, lugar de Pinheiros, freguesia de Marrazes e concelho de Leiria, com o seguinte condicionalismo:

1.- Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do RJUE, os projetos de especialidade aplicáveis, de acordo com o disposto no artigo 57º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEU), em vigor.

Mais delibera informar o requerente de que, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57º do RMEU, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

9 - REQ. N. 1144/14, DATADO DE 29/07/2014 – PC N.º 62/14, DATADO DE 28/02/2014 – JOSÉ LUÍS MONTEIRO DOS SANTOS

670 - Presente pedido com o registo n.º 1144/14, datado de 29/07/2014 relativo a **ampliação e legalização de instalações de uma unidade industrial**, sita na rua da Indústria Metalúrgica,

n.º 18, Picassinos, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 11.701 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 791, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 62/14, com data de entrada de 28/02/2014, apresentado por **José Luís Monteiro dos Santos**, com o NIF 125679742, residente na rua da Indústria Metalúrgica, n.º 18, Picassinos, Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 08/05/2014;

Presente informação técnica, datada de 07/08/2014, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a ampliação e legalização de instalações de uma unidade industrial, sita na rua da Indústria Metalúrgica, n.º 18, Picassinos, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 11.701 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 791, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 62/14, com data de entrada de 28/02/2014, apresentado por **José Luís Monteiro dos Santos**, com o NIF 125679742, residente na rua da Indústria Metalúrgica, n.º 18, Picassinos, Marinha Grande

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

- 1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
- 2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.
- 3 - Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.
- 4.- Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**10 - REQ. N. 1034/14, DATADO DE 09/07/2014 – PC N.º 337/13, DATADO DE 12/09/2013
– MÁRIO SIMÃO RODRIGUES**

671 - Presente pedido com o registo n.º 1034/14, datado de 09/07/2014 relativo a **ampliação e legalização de alterações a edifício para instalação de Centro de Atividades de Tempos Livres**, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 14454 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 10906, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 337/13, com data de entrada de 12/09/2013, apresentado por **Mário Simão Rodrigues**, com o NIF 136 674 763, residente na rua Manuel Ferreira, n.º 44, Camarnal, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 23/01/2014;

Presente informação técnica, datada de 25/07/2014, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de ser aceites.

Presente informação técnica, datada de 6/08/2014, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a **ampliação e legalização de alterações a edifício para instalação de Centro de Atividades de Tempos Livres**, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 14454 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 10906, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 337/13, com data de entrada de 12/09/2013, apresentado por **Mário Simão Rodrigues**, com o NIF 136 674 763, residente na rua Manuel Ferreira, n.º 44, Camarnal, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3 – Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

4.- Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

11 - REQ. N. 1143/14, DATADO DE 29/07/2014 – PC N.º 440/13, DATADO DE 26/11/2013 – ANA LUÍSA CORREIA DE OLIVEIRA SISMEIRO

672 - Presente pedido com o registo n.º 1143/14, datado de 29/07/2014 relativo a legalização de ampliações em duas frações destinadas a comércio de um edifício situado no largo Ilídio de Carvalho, n.º 23, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 822 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 4786, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 440/13, com data de entrada de 26/11/2013, apresentado por Ana Luisa Correia de Oliveira Sismeiro, com o NIF 126446156, residente na rua Eng.º André Navarro, n.º 6, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 16/04/2014;

Presente informação técnica, datada de 07/08/2014, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a legalização de ampliações em duas frações destinadas a comércio de um edifício situado no largo Ilídio de Carvalho, n.º 23, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 822 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 4786, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 440/13, com data de entrada de 26/11/2013, apresentado por Ana Luisa Correia de Oliveira Sismeiro, com o NIF 126446156, residente na rua Eng.º André Navarro, n.º 6, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a

concessão da respetiva autorização de utilização ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

12 - REQ. N. 1137/14, DATADO DE 28/07/2014 – PC N.º 336/12, DATADO DE 13/11/2012 – JOSÉ AUGUSTO PIEDADE CARREIRA

673 - Presente processo n.º 336/12, referente ao pedido de licenciamento (legalização) de obras de ampliação e alteração da moradia e seu anexo, sita na Rua dos Outeirinhos n.º 18, freguesia e concelho de Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 3130 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 539, apresentado por José Augusto Piedade Carreira, com o NIF 111377420, residente na Rua dos Outeirinhos n.º 18, lugar de Outeirinhos, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico, datada de 2014/08/04.

A Câmara Municipal depois de analisar o aditamento ao projeto, referente ao pedido de licenciamento (legalização) de obras de ampliação e alteração da moradia e seu anexo, apresentado em sede de audiência prévia, por José Augusto Piedade Carreira, com o NIF 111377420, residente na Rua dos Outeirinhos n.º 18, lugar de Outeirinhos, freguesia e concelho de Marinha Grande, bem como o parecer técnico, datado de 2014/08/04, que se debruçou sobre o mesmo e considerando que os factos apresentados não constituem motivo para alterar o projeto de deliberação, datada de 2013/06/28, comunicado pelo ofício n.º 665/13, de 2013/07/04, com receção ocorrida em 2013/08/08, por o aditamento apresentado pelo requerimento com registado n.º 1137/14, de 2014/07/28, não cumprir o estipulado no artigo 73.º Regulamento Geral das Edificações Urbanas – RGEU, relativamente à cozinha da habitação, e por terem sido introduzidas alterações no vão de iluminação e ventilação daquele compartimento de habitação, sem garantir a dimensão mínima fixada no artigo 71.º n.º 1 do RGEU, agravando,, por isso, as condições de salubridade da cozinha comparativamente ao projeto aprovado, delibera nos termos do artigo 26.º do RJUE, INDEFERIR o pedido de licenciamento (legalização) das obras de ampliação e alteração da moradia e seu anexo, sita na Rua dos Outeirinhos n.º 18, freguesia e concelho de Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 3130 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 539, propriedade do interessado, nos termos do n.º 1, alínea a) do artigo 24.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE, por o mesmo violar normas legais aplicáveis, nomeadamente os citados artigos 71.º n.º 1 e 73.º do RGEU, que se transcreve:

“Artigo 71.º

1. Os compartimentos das habitações referidos no n.º 1 do artigo 66º [quarto, sala e cozinha] serão sempre iluminados e ventilados por um ou mais vãos praticados nas paredes, em comunicação direta com o exterior e cuja área total não será inferior a um décimo da área do compartimento com o mínimo de 1,08m² medidos no tecto.”

“Artigo 73.º

As janelas dos compartimentos das habitações deverão ser sempre dispostas de forma que o seu afastamento de qualquer muro ou fachada fronteiros, medido perpendicularmente ao plano da janela e atendendo ao disposto no artigo 75.º, não seja inferior a metade da altura desse muro ou fachada acima do nível do pavimento do compartimento, com o mínimo de 3 metros. Além disso não deverá haver a um e outro lado do eixo vertical da janela qualquer obstáculo à iluminação a distância inferior a 2 metros, devendo garantir-se, em toda esta largura, o afastamento mínimo de 3 metros acima fixado.”

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

13 - REQ. N. 1148/14, DATADO DE 30/07/2014 – PC N.º 55/14, DATADO DE 24/02/2014 – ALBERTO LUÍS

674 - Presente processo camarário n.º 147/87, referente à operação de loteamento urbano, levada a efeito no **lugar de Brejo das Trutas**, freguesia e concelho de Marinha Grande, à qual foi atribuído o alvará de loteamento n.º 8/88, datado de 28 de junho de 1988, emitido em nome de José Marques Henriques e José Cordeiro Gaspar.

Presente requerimento n.º 1148/14, datado de 2014/07/30, constante do processo camarário n.º 55/14, subscrito por **ALBERTO LUÍS**, com o NIF n.º 189507039, residente em Rua da Aventura, n.º 42, lugar de Brejo das Trutas, freguesia de concelho da Marinha Grande, inerente ao pedido de **licenciamento da alteração de loteamento urbano**, a incidir sobre o lote designado por **“lote n.º 2”**, do loteamento urbano sito no **lugar de Brejo das Trutas**, freguesia e concelho de Marinha Grande, titulado pelo Alvará de Loteamento n.º 8/88, emitido em 1988/06/28.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2014/08/04, a enquadrar devidamente a pretensão, garantindo que se encontram reunidas as condições para que a mesma possa ser submetida a deliberação.

Após a análise do pedido de licenciamento da alteração de loteamento urbano, a incidir sobre o lote n.º 2, titulado pelo alvará de loteamento n.º 8/88, emitido em 1988/06/28, sito no lugar de Brejo das Trutas, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 19826 e inscrito na matriz sob o n.º 19743-P, com o número de processo 55/14, com data de entrada em

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/08/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 19

2014/02/24, apresentado por ALBERTO LUÍS, com o NIF n.º 189507039, residente em Rua da Aventura, n.º 42, lugar de Brejo das Trutas, freguesia e concelho de Marinha Grande, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera deferir a alteração do uso associado ao lote n.º 2, de uso “agrícola” para uso “habitacional”, bem como os parâmetros urbanísticos que lhe estão associados, constantes na respetiva planta de síntese, nos termos do disposto no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

14 - REQ. N. 1172/14, DATADO DE 05/08/2014 – PC N.º 254/14, DATADO DE 11/07/2014 – MANUEL LEAL SANTOS

675 - Presente pedido com o registo n.º 1053/14 e n.º 1172/14, datados de 2014/07/11 e 2014/08/05, respetivamente, relativo a **licenciamento obra de construção de alteração e ampliação de edifício** de habitação e comércio e **construção de muro de vedação**, no prédio sito na **Rua da Marinha Grande, n.º 10**, lugar e freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 7814 e inscrito na matriz predial urbana sob o n.º 5651-P, processo n.º 254/14, apresentado por **Manuel Leal Santos**, com o NIF 117849081, residente na Rua da Marinha Grande, n.º 10, lugar e freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande.

Presente projeto de arquitetura.

Presente projeto de estabilidade, devidamente instruído com declaração de responsabilidade do seu autor, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

Presentes pareceres técnicos, datados de 2014/07/17 e 2014/08/07, que atestam estar o projeto de arquitetura apto para aprovação.

Presente parecer técnico, datado de 2014/07/17, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de serem aceites.

Após a análise do pedido e considerando os pareceres técnicos que sobre ele recaíram a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento obra de

construção de alteração e ampliação de edifício de habitação e comércio e construção de muro de vedação, no prédio sito na Rua da Marinha Grande, n.º 10, lugar e freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 7814 e inscrito na matriz predial urbana sob o n.º 5651-P, processo n.º 254/14, apresentado por Manuel Leal Santos, com o NIF 117849081, residente na Rua da Marinha Grande, n.º 10, lugar e freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1- Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2- Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar esta Câmara Municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3- Deverá assegurar a instalação do recetáculo postal domiciliário de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04 de setembro, Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro, e pelo Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de agosto.

4- Deverá assegurar a execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

15 - REQ. N. 994/14, DATADO DE 02/07/2014 – PC N.º 239/14, DATADO DE 02/07/2014 – RECICLAUREANO – COMÉRCIO DE SUCATAS, LDA

676 - Presente pedido com o registo n.º 994/14, datado de 02/07/2014 relativo a **construção de muros de vedação e execução de área pavimentada**, num terreno situado na **rua Quinta da Lagoinha, n.º 502**, Picassinós, constituído pelos prédios registados na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob os n.º 8920 e 2467, inscritos respetivamente na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19852-P e na matriz predial rústica sob o artigo n.º 2207, ambos da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 239/14, com data de entrada de 02/07/2014, apresentado por **Reciclaureano - Comércio de Sucatas, Lda**, com o NIPC 507443543, com sede na rua da Índia, n.º 40, Ordem, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Presente informação técnica, datada de 04/08/2014, que refere dever contemplar-se um recuo do alinhamento frontal do muro confinante com a rua Quinta da Lagoinha, de modo a assegurar, no seu ponto mais a sul, um afastamento de 4,15 m do pavimento do arruamento existente e, no ponto mais a norte, um recuo face ao muro existente de 4,10 m, de acordo com elemento gráfico anexo à informação.

Presente informação técnica, datada de 11/08/2014, que propõe o deferimento da pretensão com o condicionalismo de se apresentarem peças desenhadas retificativas que contemplem o alinhamento proposto para o muro confinante com a rua Quinta da Lagoinha.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a construção de muros de vedação e execução de área pavimentada, num terreno situado na rua Quinta da Lagoinha, n.º 502, Picassinos, nos prédios registados na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob os n.º 8920 e 2467, inscrito respetivamente na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19852-P e na matriz predial rústica sob o artigo n.º 2207, ambos da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 239/14, com data de entrada de 02/07/2014, apresentado por Reciclaureano - Comércio de Sucatas, Lda, com o NIPC 507443543, com sede na rua da Índia, n.º 40, Ordem, freguesia e concelho da Marinha Grande, com o seguinte condicionalismo:

1.- Deverá apresentar peças desenhadas retificativas que contemplem o recuo do muro confinante com a rua Quinta da Lagoinha, de modo a assegurar, no seu ponto mais a sul, um afastamento de 4,15 m face ao pavimento do arruamento existente e, no ponto mais a norte, um recuo face ao muro existente de 4,10 m, de acordo com elemento gráfico constante de informação técnica datada de 4 de agosto de 2014 e anexa à presente deliberação.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento

3 – Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/08/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 19

16. REQ. N. 1194/14, DATADO DE 11/08/2014 – PC N.º 817/05, DATADO DE 22/11/2005 – FERNANDO JOSÉ JESUS OLIVEIRA FERREIRA

677 - Presente requerimento n.º 1194/14, datado de 11/08/2014, apresentado por **Fernando José Jesus Oliveira Ferreira**, com o NIF n.º 159 865468, com residência na rua Alfredo Gândara, n.º 1, Outeirinhos, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a emissão de certidão comprovativa em como o edifício sito na rua Alfredo Gândara, n.º 1, freguesia e concelho de Marinha Grande, a que corresponde o alvará de licença de legalização n.º 5/13, emitido no âmbito do processo n.º 817/05, aprovado em reunião de Câmara de 20/12/2012, no prédio registado na Conservatória do registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 14953 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 12003, **reúne os requisitos em projeto, para poder ser submetido ao Regime de Propriedade Horizontal**, previsto nos artigos 1414.º e seguintes do Código Civil.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 11/08/2014, propondo o deferimento da pretensão e a emissão de certidão comprovativa em como se encontram reunido os requisitos legais necessários à sujeição do edifício ao Regime de Propriedade Horizontal.

Após análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR o pedido apresentado por Fernando José Jesus Oliveira Ferreira, com o NIF n.º 159 865468, com residência na rua Alfredo Gândara, n.º 1, Outeirinhos, freguesia e concelho de Marinha Grande, que solicita a emissão de certidão comprovativa de que o edifício sito na rua Alfredo Gândara, n.º 1, freguesia e concelho de Marinha Grande, a que corresponde o alvará de licença de legalização n.º 5/13, emitido no âmbito do processo n.º 817/05, aprovado em reunião de Câmara de 20/12/2012, no prédio registado na Conservatória do registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 14953 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 12003, reúne os requisitos em projeto, para poder ser submetido ao Regime de Propriedade Horizontal, previsto nos artigos 1414.º e seguintes do Código Civil e mandar emitir a respetiva certidão.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

17 - REQ. N. 1032/14, DATADO DE 09/07/2014 – PC N.º 247/14, DATADO DE 09/07/2014 – JR MOLDES – UNIPESSOAL, LDA

678 - Presente pedido com o registo n.º 1032/14, datado de 09/07/2014 relativo a **pedido de informação prévia sobre a viabilidade de instalação de uma unidade industrial do tipo 2**, na fração A de um edifício destinado a amazéns, sito na rua **da Indústria Metalúrgica**, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 4187 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 17832, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo n.º 247/14, com data de entrada de 09/07/2014, apresentado por **JR Moldes, Unipessoal Lda**, com o NIPC 507 820 061, com

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
14/08/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 19

sede na rua da Indústria Metalúrgica, n.º 916, Zona Industrial da Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica, datada de 11/08/2014, que informa ser viável, com condicionalismos, a pretensão.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

Informar, nos termos do artigo 16.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, ser viável a instalação de uma unidade industrial do tipo 2, na fração A de um edifício destinado a armazéns, sito na rua da Indústria Metalúrgica, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 4187 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 17832, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo n.º 247/14, com data de entrada de 09/07/2014, apresentado por Jr Moldes, Unipessoal Lda, com o NIPC 507 820 061, com sede na rua da Indústria Metalúrgica, n.º 916, Zona Industrial da Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- 1.- Deverá proceder às obras necessárias à realocização da fossa estanque do edifício, de modo a garantir que a mesma se situa dentro do logradouro privativo do edifício;**
- 2.- O pedido de alteração de utilização deverá ser apresentado e instruído nos termos do disposto no artigo 62º e seguintes do RJUE.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

18 - REQ. N. 1093/14, DATADO DE 21/07/2012 – PC N.º 261/14, DATADO DE 21/07/2014 – VERA FLOR GONÇALVES ROSA

679 - Presente requerimento n.º 1093/14, datado de 2014/07/21, constante do processo camarário n.º 261/14, subscrito por **VERA FLOR GONÇALVES ROSA**, com o NIF n.º 244892091, com residência em Rua de São Pedro de Moel, n.º 48, lugar de Guarda Nova, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar o **licenciamento da obra de “Construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação”**, em parcela a destacar de um prédio sito no **lugar de Cabeços da Garcia**, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 16399 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 11248.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2014/08/06, que refere que o projeto de arquitetura não se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise do pedido de licenciamento da obra de “Construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação”, em parcela a destacar de um prédio sito no lugar de Cabeços da Garcia, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória

do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 16399 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 11248, com o n.º de processo 261/14, com data de entrada em 2014/07/21, apresentado por VERA FLOR GONÇALVES ROSA, com o NIF n.º 244892091, com residência em Rua de São Pedro de Moel, n.º 48, lugar de Guarda Nova, freguesia e concelho de Marinha Grande, bem como do parecer técnico datado de 2014/08/06, a Câmara Municipal delibera notificar a requerente, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo – CPA, para se pronunciar em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias, sobre o presente projeto de indeferimento da pretensão, nos termos do n.º 5 do art. 24.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, designadamente por o local onde se pretende levar a efeito a operação urbanística, não dispor das infraestruturas necessárias, verificando-se nomeadamente a ausência de arruamento com perfil adequado e de rede pública de abastecimento de água, constituindo a obra projetada, uma sobrecarga incompatível para as infraestruturas existentes.

Mais delibera informar que, nos termos do n.º 1 do art. 25.º do RJUE, a pretensão poderá vir a ser deferida, caso a requerente, em sede de audiência prévia, se comprometa a realizar os trabalhos necessários ou a assumir os encargos inerentes à sua execução, bem como os encargos de funcionamento das infraestruturas por um período mínimo de 10 anos, nomeadamente as relativas às obras de urbanização que contemplem a requalificação do acesso deligação à Rua Cabeços da Garcia e respetivas infraestruturas, a ser elaborado de acordo com as orientações dadas pelos respetivos serviços técnicos camarários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

19 - REQ. N. 1176/14, DATADO DE 06/08/2014 – PC N.º 93/14, DATADO DE 27/03/2014 – VÍTOR MANUEL BÁRBARA CAMINHO

680 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 1176/14, datado de 06/08/2014, apresentado por VITOR MANUEL BARBARA CAMINHO, com o NIF 114966702, residente em Rua Central, n.º 83, lugar de Garcia, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 93/14.

Presente parecer técnico datado 07/08/2014, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
14/08/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 19

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito na Rua entral, n.º 83, lugar de Garcia, freguesia de Marinha Grande, propriedade de VITOR MANUEL BARBARA CAMINHO, com o NIF 114966702, residente em Rua Central, n.º 83, lugar de Garcia, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) Membros efetivos
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Carlos Duarte
- 2) Membros suplentes
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Carlos Duarte

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

20 - REQ. N. 1183/14, DATADO DE 07/08/2014 – PC N.º 711/03, DATADO DE 11/09/2003 – ADRIANO NEVES FERREIRA

681 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 1183/14, datado de 07/08/2014, apresentado por ADRIANO NEVES FERREIRA, com o NIF 206637390, residente em Rua Dr. Artur Neto de Barros, n.º 11, lugar de Talhões, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 711/03.

Presente parecer técnico datado 07/08/2014, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 5 do artigo 65.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito na Rua Dr. Artur Neto de Barros, n.º 11, lugar de Talhões, freguesia de Vieira de Leiria, propriedade de ADRIANO NEVES FERREIRA, com o NIF 206637390, residente em Rua Dr. Artur Neto de Barros, n.º 11,

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
14/08/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 19

lugar de Talhões, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) Membros efetivos**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Carlos Duarte
2) Membros suplentes
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Carlos Duarte

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

21 - REQ. N. 574/12, DATADO DE 02/04/2012 – PC N.º 584/02, DATADO DE 27/06/2002
– SOCIEDADE DESPORTIVA E RECREATIVA DE PILADO E ESCOURA

682 - Presente pedido de licenciamento referente à obra de **“Construção de bancada desportiva”**, a que foi atribuído o número de processo 584/02, incidente sobre um prédio rústico sito na **Rua do Campo de Futebol**, lugar de Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, apresentado por **SOCIEDADE DESPORTIVA E RECREATIVA DO PILADO ESCOURA**, com o NIPC n.º 501804218, com sede na Rua da Coletividade, n.º 3, lugar de Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente informação técnica datada de 2014/07/31.

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica, datada de 2014/07/31, que propõe a declaração de caducidade da licença para realização de operação urbanística e,

1. Considerando que a interessada, **SOCIEDADE DESPORTIVA E RECREATIVA DO PILADO ESCOURA**, com o NIPC n.º 501804218, com sede na Rua da Coletividade, n.º 3, lugar de Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, foi notificado da deliberação final de deferimento do pedido de licenciamento referente à obra de **“Construção de bancada desportiva”**, a que foi atribuído o número de processo 584/02, incidente sobre um prédio rústico sito na **Rua do Campo de Futebol**, lugar de Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, tomada em reunião camarária de 2009/12/22, comunicada através do ofício n.º 1968/09, de 2009/12/28, rececionado em 2010/01/06;
2. Considerando que sobre a data da notificação desta deliberação o interessado tinha o prazo de um ano para requerer o respetivo alvará de construção, ou seja, até

- 2011/01/07 (n.º 1 do artigo 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010 de 2 de setembro);
3. Considerando que o prazo inicialmente conferido foi prorrogado, a pedido do interessado, por mais um ano, por despacho do Sr. Presidente da Câmara datado de 2011/03/24, nos termos do n.º 2 do art. 76.º do RJUE, comunicado através do ofício n.º 222/11, de 2011/03/28, rececionado em 2011/04/07;
 4. Considerando que o interessado tinha até ao dia 2012/01/06 para requerer a emissão do respetivo alvará e que não o fez;
 5. Considerando que o decurso desse prazo sem ter sido requerida a emissão do respetivo alvará, tem como consequência a caducidade da licença para a realização da dita operação urbanística – n.º 2 do artigo 71.º do RJUE;
 6. Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições, impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença.

A Câmara Municipal, tendo a intenção de declarar a caducidade da licença referente à obra de “Construção de bancada desportiva”, a que foi atribuído o número de processo 584/02, incidente sobre um prédio rústico sito na Rua do Campo de Futebol, lugar de Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 13793 e inscrito na matriz predial sob o n.º 16082, delibera, ao abrigo do n.º 2 do artigo 71.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE e artigos 100.º e 101.º do CPA, notificar, a requerente SOCIEADE DESPORTIVA E RECREATIVA DE PILADO ESCOURA, com o NIPC n.º 501804218, com sede na Rua do Colectividade, n.º 3, lugar de Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, para se pronunciar, em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias úteis a contar da sua notificação, sobre o presente projeto de caducidade da referida licença.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

22 - REQ. N. 694/12, DATADO DE 23/04/2012 – PC N.º 93/09, DATADO DE 08/05/2009 – FLÁVIO FILIPE SANTOS SILVA

683 - Presente pedido de licenciamento referente à obra de **“Construção de uma moradia unifamiliar”**, a que foi atribuído o número de processo 93/09, incidente sobre um prédio rústico sito na **Rua do Vale, lugar de Pêro Neto**, freguesia e concelho de Marinha Grande, apresentado **FLÁVIO FILIPE SANTOS SILVA**, com o NIF 237938030, com residência na Rua do Vale da Ribeira, n.º 30, lugar de Pêro Neto, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente informação técnica datada de 2014/07/31.

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica, datada de 2014/07/31, que propõe a declaração de caducidade da licença para realização de operação urbanística e,

1. Considerando que o interessado, Flávio Filipe Santos Silva, com o NIF 237938030, com residência na Rua do Vale da Ribeira, n.º 30, lugar de Pêro Neto, freguesia e concelho de Marinha Grande foi notificado da deliberação final de deferimento do pedido de licenciamento referente à obra de construção de uma moradia unifamiliar, a que foi atribuído o número de processo 93/09, incidente sobre um prédio rústico sito na Rua do Vale, lugar de Pêro Neto, freguesia e concelho de Marinha Grande, tomada em reunião camarária de 2010/04/29, comunicada através do ofício n.º 483/10, de 2010/05/04, rececionado em 2010/05/06;
2. Considerando que sobre a data da notificação desta deliberação o interessado tinha o prazo de um ano para requerer o respetivo alvará de construção, ou seja, até 2011/05/07 (n.º 1 do artigo 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010 de 2 de setembro;
3. Considerando que o prazo inicialmente conferido foi duplicado, a pedido do interessado, por mais um ano, por despacho datado de 2011/05/24, nos termos do n.º 3 do art. 3.º do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, comunicado ao interessado pelo ofício n.º 429/11, de 2011/05/26 e rececionado em 2011/06/06;
4. Considerando que o interessado tinha até ao dia 2012/02/01 para requerer a emissão do respetivo alvará e que não o fez;
5. Considerando que o requerente solicitou em 2012/04/23, a prorrogação do prazo inicialmente estabelecido, pelo período de 12 meses, para requer o respetivo alvará, sem que até à data o tenha feito;
6. Considerando que o decurso desse prazo sem ter sido requerida a emissão do respetivo alvará, tem como consequência a caducidade da licença para a realização da dita operação urbanística – n.º 2 do artigo 71.º do RJUE;
7. Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições, impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença;

A Câmara Municipal, tendo a intenção de declarar a caducidade da licença referente à obra de construção de uma moradia unifamiliar, a que foi atribuído o número de processo 93/09, incidente sobre um prédio rústico sito na Rua do Vale, lugar de Pêro Neto, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 14917, delibera, ao abrigo do n.º 2 do artigo 71.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE e artigos 100.º e 101.º do CPA, notificar, o requerente FLÁVIO FILIPE SANTOS SILVA, com o NIF n.º 237938030, com residência na Rua do Vale da Ribeira, n.º 30, lugar de Pêro Neto, freguesia e concelho de Marinha Grande, para se

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
14/08/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 19

pronunciar, em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias úteis a contar da sua notificação, sobre o presente projeto de caducidade da referida licença.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

23 - REQ. N. 557/11, DATADO DE 17/03/2011 – PC N.º 316/03, DATADO DE 23/04/2003 – PAULO JORGE FIGUEIRAL CORREIA

684 - Presente requerimento com registo de entrada n.º 557/11, apresentado em 17-03-2011, por **PAULO JORGE FIGUEIRAL CORREIA**, residente na rua da Padaria Velha, n.º 5, Pilado, freguesia e concelho da Marinha Grande, a solicitar a isenção de taxas municipais devidas pela prestação de serviços por esta Câmara Municipal, no âmbito do procedimento respeitante à libertação de caução, destinada a garantir a boa e regular execução das obras de urbanização realizadas na Rua Padaria Velha, Pilado, freguesia e concelho da Marinha Grande.

A Câmara apreciou o referido requerimento e considerando os factos invocados pelo requerente, para isentá-lo do pagamento das taxas municipais devidas pelos serviços prestados por esta Câmara Municipal - no âmbito do procedimento de libertação da caução destinada a garantir a boa e regular execução das obras de urbanização realizadas na Rua Padaria Velha, Pilado, freguesia e concelho da Marinha Grande - nomeadamente o facto das ditas infraestruturas servirem outros utentes, sem quaisquer custos a suportar por estes últimos deliberou:

INDEFERIR o pedido com registo de entrada n.º 557/11, apresentado em 17-03-2011, por PAULOJORGE FIGUEIRAL CORREIA, residente na rua da Padaria Velha, n.º 5, Pilado, freguesia e concelho da Marinha Grande, para isenção do pagamento das taxas devidas pelos serviços prestados por esta Câmara Municipal, no âmbito do procedimento de libertação da caução, destinada a garantir a boa e regular execução das obras de urbanização realizadas na Rua Padaria Velha, Pilado, freguesia e concelho da Marinha Grande, por o artigo 119.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, com a epígrafe “ Isenção e reduções de taxas”, não contemplar este tipo de situação, não existindo, por isso, suporte legal para a dita pretensão.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

24 - REQ. N. 1127/14, DATADO DE 25/07/2014 – PC N.º 220/14, DATADO DE 19/06/2014 – SEVLAIRES – PLÁSTICOS, LDA

685 - Presente pedido com o registo n.º 1127/14, datado de 25/07/2014, solicitando o alinhamento de muro junto à via pública, no âmbito do processo relativo a **legalização de**

alterações e ampliação de unidade industrial, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 19913 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19837-P, sita na **rua Nova do Moinho de Cima**, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 220/14, com data de entrada de 19/06/2014, apresentado por **Sevlares - Plásticos, Lda.**, com o NIPC 502 320 222, com sede em Pedrulheira, freguesia e concelho da Marinha Grande, aprovado em reunião de câmara de 03/07/2014, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

Presente informação técnica datada de 5/08/2014 que refere que a execução do passeio ao longo da totalidade da frente do prédio confinante com a rua Nova do Moinho de Cima, que deveria ser assegurada pela empresa requerente para cumprir os termos do condicionalismo expresso na deliberação de 03/07/2014, deverá ser realizada na empreitada que engloba a totalidade das obras de requalificação da rua, a realizar no âmbito de um procedimento municipal em desenvolvimento, estabelecendo o valor de 4.380,00 € (quatro mil, trezentos e oitenta euros), para a execução desse troço de passeio.

Presente informação técnica datada de 6/08/2014, que propõe que a Câmara delibere no sentido de informar a empresa requerente que a prestação da comparticipação no valor de 4.380,00 € (quatro mil, trezentos e oitenta euros) na realização das obras de requalificação viária da rua Nova do Moinho de Cima assegura o cumprimento do condicionalismo expresso no n.º 1 da deliberação de Câmara de 03/07/2014.

Após a análise do pedido, considerando que:

1.- A deliberação de Câmara de 03/07/2014 que aprovou a legalização de alterações e ampliação de unidade industrial, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 220/14, com data de entrada de 19/06/2014, apresentado por Sevlares - Plásticos, Lda., com o NIPC 502 320 222, com sede em Pedrulheira, freguesia e concelho da Marinha Grande, estabelece os seguintes condicionalismos:

1.1.- Deverá assegurar a execução de passeio, ao longo da totalidade da frente do prédio confinante com a rua Nova do Moinho de Cima, com as dimensões, traçado e características a definir pelos serviços técnicos da Câmara, de acordo com o projeto de requalificação viária atualmente em curso;

1.2.- O alinhamento dos muros de vedação confinantes com a rua Nova do Moinho de Cima deverá garantir um afastamento mínimo de 5,50 m ao eixo da via e a sua execução deverá ser precedida de pedido de alinhamento aos serviços municipais.

2.- Foi devidamente solicitado o alinhamento dos muros, o qual de acordo com a informação técnica de 5/08/2014 pode ser dado pelos serviços e não terá implicações futuras com o traçado da rua.

3.- A requalificação viária da rua Nova do Moinho de Cima, cujo processo se encontra em execução pelos serviços técnicos da Câmara, acarreta um conjunto de estudos relativos ao traçado, tanto da faixa de rodagem como dos passeios limítrofes, os quais poderão ser condicionados ou prejudicados pela execução isolada do passeio ao longo da totalidade da frente do prédio confinante com a rua Nova do Moinho de Cima.

4.- Nos termos da deliberação de Câmara de 03/07/2014, referente a este processo, a requerente encontra-se condicionada a assegurar a execução de passeio ao longo da totalidade da frente do prédio confinante com a rua Nova do Moinho de Cima.

5.- De acordo com a informação técnica datada de 5/08/2014, estima-se que o valor relativo à execução do passeio em causa orce os 4.380,00 €, (quatro mil, trezentos e oitenta euros).

6.- A prestação, por parte da requerente, de uma comparticipação no valor estabelecido para a execução do referido passeio garante o cumprimento do condicionalismo que estabelece que a mesma deve assegurar a sua execução;

A Câmara delibera:

Informar a empresa Sevlaires - Plásticos, Lda., com o NIPC 502 320 222, com sede em Pedrulheira, freguesia e concelho da Marinha Grande que deverá proceder à prestação de uma comparticipação, no valor de 4.380,00 €, (quatro mil, trezentos e oitenta euros), assegurando o cumprimento do condicionalismo n.º 1 da deliberação de Câmara de 03/07/2014, relativo ao processo de legalização de alterações e ampliação de unidade industrial, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 19913 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19837-P, sita na rua Nova do Moinho de Cima, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 220/14, com data de entrada de 19/06/2014.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

25 - REQ. N. 324/14, DATADO DE 06/03/2014 – PC N.º 1049/02, DATADO DE 06/12/2002 – SILVINO SILVA CARREIRA

686 - Presente requerimento n.º 324/14, datado de 06 de março de 2014, de **SILVINO SILVA CARREIRA**, portador do NIF 123504341, titulares do processo de licenciamento de obras de urbanização – abertura de arruamento, com o n.º 1049/02, para o qual foi emitido, em 30 de agosto de 2005, o alvará de obras de construção número 279/05, incidente sobre o prédio rústico localizado em Picassinos, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 1.040 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 1737, da freguesia de Marinha Grande, a solicitar a receção definitiva das infraestruturas realizadas respeitantes a rede viária e rede de abastecimento de água e a libertação das cauções prestadas para garantir a sua boa e regular execução.

Presentes relatório técnico e auto de vistoria que recaíram sobre o presente requerimento.

Após análise da pretensão das requerentes, SILVINO SILVA CARREIRA, portador do NIF – Numero de Identificação Fiscal 123504341, titulares do processo de licenciamento de obras de urbanização – abertura de arruamento, com o n.º 1049/02, para o qual foi emitido, em 30 de agosto de 2005, o alvará de obras de construção numero 279/05, incidente sobre o prédio rústico localizado em Picassinos, freguesia e concelho de

Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 1.040 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 1737, da freguesia de Marinha Grande, a solicitar a receção definitiva das infraestruturas realizadas respeitantes à rede viária e rede de abastecimento de água e a libertação das cauções prestadas para garantir a sua boa e regular execução e do relatório técnico e do auto de vistoria, datados de 20 de junho de 2014, que se pronunciaram sobre o assunto, a Câmara delibera:

1. DEFERIR o pedido de receção definitiva das infraestruturas realizadas, designadamente rede viária e de rede de abastecimento de águas, ao abrigo do n.º 1 e nos termos do n.º 3 do artigo 87.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, em virtude de se ter verificado que as mesmas se encontram em boas condições de conservação e funcionamento;

2. LIBERTAR, ao abrigo do n.º 5 do artigo 54.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, o montante remanescente da caução prestada para garantir a boa e regular execução das infraestruturas referentes à rede viária e rede de abastecimento de água, pela garantia bancária n.º 316 349, do Banco Espírito Santo, datada de 21 de fevereiro de 2005, no montante atual de 1.457,40€ (mil quatrocentos e cinquenta e sete euros e quarenta cêntimos).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

26 - REQ. N. 669/14, DATADO DE 09/05/2014 – PC N.º 614/03, DATADO DE 31/07/2003 – JOSÉ GASPAR NETO

687 - Presente requerimento n.º 669/14, datado de 09 de maio de 2014, de **JOSÉ GASPAR NETO**, portador do NIF 143348507, titular do processo de licenciamento de construção de bloco habitacional, com o n.º 614/03, incidente sobre o prédio localizado em **Rua da Fonte Velha, lugar de Embra**, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 12.807, aprovado por deliberação camarária tomada na reunião de 21 de outubro de 2004, com o condicionalismo de execução das infraestruturas respeitantes à rede de drenagem de águas residuais pluviais, a solicitar a receção definitiva das mencionadas infraestruturas e a libertação da caução prestada para garantir a sua boa e regular execução.

Presentes relatório técnico e auto de vistoria que recaíram sobre o referido requerimento.

Após análise da pretensão do requerente, JOSÉ GASPAR NETO, portador do NIF – Numero de Identificação Fiscal 143348507, titular do processo de licenciamento de

construção de bloco habitacional, com o n.º 614/03, incidente sobre o prédio localizado em Rua da Fonte Velha, lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 12.807, aprovado por deliberação camarária tomada na reunião de 21 de outubro de 2004, com o condicionalismo de execução das infraestruturas respeitantes à rede de drenagem de águas residuais pluviais, a solicitar a receção definitiva das mencionadas infraestruturas e a libertação da caução prestada para garantir a sua boa e regular execução, bem como do relatório técnico e do auto de vistoria, datados de 20 de junho de 2014, que se pronunciaram sobre o assunto, a Câmara delibera:

1. DEFERIR o pedido de receção definitiva das infraestruturas realizadas, designadamente rede de drenagem de águas residuais pluviais, ao abrigo do n.º 1 e nos termos do n.º 3 do artigo 87.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, em virtude de se ter verificado que as mesmas se encontram em boas condições de conservação e funcionamento;

2. LIBERTAR, ao abrigo do n.º 5 do artigo 54.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, o montante remanescente da caução prestada para garantir a boa e regular execução das infraestruturas referentes à rede de drenagem de águas pluviais, pela garantia bancária n.º 1920, da Caixa de Crédito Agrícola Mutuo de Leiria, datada de 16 de março de 2005, no montante atual de 4.153,20€ (quatro mil cento e cinquenta e três euros e vinte centimos).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

27 - REQ. N. 1169/14, DATADO DE 05/08/2014 – PC N.º 279/14, DATADO DE 05/08/2014 – LUSITANIAGÁS – COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.

688 - Presente pedido de ocupação da via pública, com o registo n.º 1169/14, datado de 05/08/2014, apresentado por LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A., com o NIPC 502761024, com sede em Avenida dos Congressos da Oposição Democrática, n.º 54, Aveiro, para abertura de vala em 60,00 metros de pavimento, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à execução de ramais domiciliários de gás natural, a levar a cabo em Rua Aquilino Ribeiro, lugar de Portela, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 04/08/2014, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir o pedido de ocupação da via pública para abertura

de vala em 60,00 metros de pavimento, apresentado LUSITANIAGÁS -COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A., com o NIPC 502761024, com sede em Avenida dos Congressos da Oposição Democrática, n.º 54, Aveiro, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à execução de ramais domiciliários de gás natural, a levar a cabo em Rua Aquilino Ribeiro, lugar de Portela, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra, assim como toda a sinalização horizontal eventualmente danificada.
- b) Para o efeito, deverão previamente contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- c) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

28 - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS

689 - A Associação de Bombeiros Voluntários da Marinha Grande, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para instalação de circo junto ao estádio no período de 14 de agosto a 18 de agosto de 2014 e para o período de 3 a 12 de outubro de 2014;
- Licença de instalação e funcionamento de recinto improvisado para os eventos;
- Publicidade alusiva aos eventos;

O Futebol Clube “Os Belenenses”, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para realização festejos anuais nos dias 26,27 e 28 de setembro de 2014;
- Licença de instalação e funcionamento de recinto improvisado para o evento;

Presentes informações nºs 66/AF e 67/AF de 11 de agosto de 2014, fundamentadas de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente

constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea b) do nº 3 e nº 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente às atividades identificadas, isentar A Associação de Bombeiros Voluntários da Marinha Grande e o Futebol Clube “Os Belenenses”, do pagamento das taxas devidas pela emissão das licenças especiais de ruído, da licença de instalação e funcionamento de recinto improvisado e das licenças para colocação de publicidade.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

29 - RELAÇÃO DOS SERVIÇOS ADJUDICADOS NO MÊS DE JULHO DE 2014, NO ÂMBITO DO PARECER PRÉVIO GENÉRICO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ATENTO O PRECEITUADO NO ART.º 73.º DA LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2014.

690 - Considerando que por deliberação da Câmara Municipal tomada na sua reunião de 23/01/2014, para efeitos do cumprimento do disposto no n.º 4, do artigo 73.º, da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro, foi deliberado emitir parecer prévio genérico favorável à celebração de contratos de prestação de serviços desde que se verificassem cumulativamente as seguintes condições:

- Se trate de execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa, sendo que a obrigação de demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial só será passível de aplicação com a publicação da Portaria a que alude o n.º 2 do art.º 33.º-A da Lei n.º 53/2006 de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro;
- a existência de cabimento orçamental;
- a adjudicação ocorra nos termos do disposto no artigo 128º do Código dos Contratos Públicos, Regime Simplificado, ou seja, para todas as aquisições de serviços cujo preço contratual não seja superior a 5.000,00 euros por ano (valor sem IVA);
- o cumprimento da aplicação da redução remuneratória, atento o disposto no n.º 1, do artigo 73º, da Lei n.º 83-B/2013, de 31 de dezembro, sempre que aplicável;
- não seja ultrapassado o montante anual de 5.000,00 euros por ano (valor sem IVA) a contratar com a mesma contraparte.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
14/08/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 19

Considerando que foi deliberado que a lista dos contratos celebrados deveria ser apresentada em reunião camarária para efeitos da sua apreciação e tomada de conhecimento.

Atento o exposto, remete-se em anexo a lista dos contratos de prestação de serviços celebrados no mês de julho de 2014 que foram objeto de parecer prévio genérico em reunião camarária de 23/01/2014, com efeitos a partir do dia 2 de Janeiro de 2014.

A Câmara Municipal delibera tomar conhecimento da relação dos serviços adjudicados no mês de julho de 2014 atenta deliberação camarária tomada na sua reunião de 23/01/2014, com efeitos a partir do dia 2 de Janeiro de 2014, pela qual se concedeu parecer prévio genérico à celebração de contratos de prestação de serviços cujo procedimento de contratação pública adotado seja o ajuste direto simplificado preceituado no n.º 1, do art. 128.º, do Código dos Contratos Públicos.

Na sequência da apreciação deste ponto o **Sr. Vereador Carlos Logrado** levantou uma questão sobre o valor constante do mapa relativo à projeção dos jogos da seleção portuguesa no Mundial de Futebol.

A questão foi esclarecida pelos serviços da DFTI, tendo o Sr. Vereador sugerido, para melhor leitura, que seja aberta mais uma coluna no mapa de acumulados relativa ao valor do contrato já executado.

30 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73.º DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DA “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA PARA A CASA DA CULTURA – TEATRO STEPHENS”

691 - A Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2014, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012 e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 73º da Lei do Orçamento de Estado de 2014, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei nº 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, foi publicada no Diário da República a Portaria 53/2014 de 3 de março, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e nos n.ºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro.

O n.º 11 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, e 66/2012, de 31 de dezembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao art.º 6.º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83 – C/2013, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo se aplica às autarquias locais.

No que respeita à redução remuneratória, considerando que o n.º 1 do art.º 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014, preceitua que *“(…) O disposto no art.º 33.º é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2014, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2013 (...)”*.

Considerando o Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 413/2014, datado de 30 de maio de 2014, em que o mesmo decide no ponto III, alínea a), *“Declarar a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, por violação do princípio da igualdade, consagrado no artigo 13.º da Constituição da República Portuguesa, das normas do artigo 33.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro”*, entende-se que os contratos de aquisição de serviços não estão sujeitos a redução remuneratória, preceituada no n.º 1 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 5 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 73, n.º 1 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014, que não se aplica na presente data atenta a declaração de inconstitucionalidade decidida pelo Tribunal Constitucional no seu acórdão n.º 413/2014, datado de 30 de maio de 2014 e considerando ainda o facto de até à presente data não ter existido qualquer contrato, com idêntico objecto e ou contraparte, celebrado no ano de 2013.

Presente a requisição interna n.º 13901/2014 e informação I/1099/2014, ambas da DCD - Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, nas quais se manifesta a necessidade de contratação da ***“Prestação de serviços de limpeza para a Casa da Cultura – Teatro Stephens”***, para o período previsto de 15 de Setembro a 31 de dezembro de 2014, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 11 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste na realização de serviços de limpeza diurna e nocturna, cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 11/08/2014, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 4 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014 e que o procedimento a adotar é o concurso público de acordo com o disposto nos artigos 16.º n.º 1, alínea b) e 20.º n.º 1, alínea b) ambos do

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
14/08/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 19

Código dos Contratos Públicos aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação actual.

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2014 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2014 para a contratação dos serviços de *“Limpeza para a Casa da Cultura – Teatro Stephens”*, na classificação orgânica/económica 06/020202, ação do PAM 2014/A/113, tendo sido emitido o cabimento n.º 1947/2014.

Considerando que o preço base a aplicar é de 5.300,00€, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este foi estimado pelo serviço requisitante.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que não se aplica ao contrato que se pretende celebrar para a contratação da *“Prestação de serviços de limpeza para a Casa da Cultura – Teatro Stephens”*, por os pagamentos inerentes serem efetuados na íntegra no ano de 2014, não ocorrendo a assunção de compromissos plurianuais.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro e o estabelecido nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação da *“Prestação de serviços de limpeza para a Casa da Cultura – Teatro Stephens”*, para o período previsto de 15 de Setembro a 31 de dezembro de 2014.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

31 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 11 DO ARTIGO 73.º DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2014, PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE “ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO PARA O ENSINO BÁSICO, NO ÂMBITO DA COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA NAS ESCOLAS DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE NOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS MARINHA GRANDE NASCENTE, MARINHA GRANDE POENTE E VIEIRA DE LEIRIA, PARA O ANO LETIVO 2014/2015”

692 - A Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2014, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012 e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei do Orçamento de Estado de 2014, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, foi publicada no Diário da República a Portaria 53/2014 de 3 de março, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro.

O n.º 11 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, e 66/2012, de 31 de dezembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao art.º 6.º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83 – C/2013, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo se aplica às autarquias locais.

No que respeita à redução remuneratória, considerando que o n.º 1 do art.º 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014, preceitua que “(...) *O disposto no art.º 33.º é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2014, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2013 (...)*”.

Considerando o Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 413/2014, datado de 30 de maio de 2014, em que o mesmo decide no ponto III, alínea a), “*Declarar a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, por violação do princípio da igualdade, consagrado no artigo 13º da Constituição da República Portuguesa, das normas do artigo 33º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro*”, entende-se que os contratos de aquisição de serviços não estão sujeitos a redução remuneratória, preceituada no n.º 1 do art.º 73 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 11 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 5 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 73, n.º 1 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2014, que não se aplica na presente data atenta a declaração de inconstitucionalidade decidida pelo Tribunal Constitucional no seu acórdão n.º 413/2014, datado de 30 de maio de 2014 e considerando ainda o facto de até à presente data não ter existido qualquer contrato, com idêntico objecto e ou contraparte, celebrado no ano de 2013.

Presente a requisição interna n.º 15455/2014 e informação I/1151/2014, ambas da DCD – Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, nas quais se manifesta a necessidade de contratação de serviços de “*Atividades de animação para o ensino básico, no âmbito da Componente de Apoio à Família nas escolas do concelho da Marinha Grande nos agrupamentos de escolas Marinha Grande Nascente, Marinha Grande Poente e Vieira de Leiria, para o ano letivo 2014/2015*”, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 11 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste na realização de actividades de animação para o ensino básico, no âmbito da Componente de Apoio à Família nas escolas

do ensino básico, cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 11/08/2014, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 4 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014 e que o procedimento a adotar é o concurso público de acordo com o disposto nos artigos 16.º n.º 1, alínea b) e 20.º n.º 1, alínea b) ambos do Código dos Contratos Públicos aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação actual.

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2014 a dotação para a assunção de despesa nos anos de 2014 e 2015 para a contratação dos serviços de *“Atividades de animação para o ensino básico, no âmbito da Componente de Apoio à Família nas escolas do concelho da Marinha Grande nos agrupamentos de escolas Marinha Grande Nascente, Marinha Grande Poente e Vieira de Leiria, para o ano letivo 2014/2015”*, na classificação orgânica/económica 06/020220, ação do PAM 2014/A/60, tendo sido emitido o cabimento n.º 1946/2014.

Considerando que o preço base a aplicar é de 23.040,00€, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este foi estimado pelo serviço requisitante.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais, e que a Assembleia Municipal, na sua sessão 30/12/2013, deliberou conceder autorização genérica prévia favorável para a assunção de compromissos plurianuais, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, nos termos constantes da deliberação que se anexa.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro e o estabelecido nos

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/08/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 19

n.º 4 e n.º 5 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2014, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 11 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação de serviços de *“Atividades de animação para o ensino básico, no âmbito da Componente de Apoio à Família nas escolas do concelho da Marinha Grande nos agrupamentos de escolas Marinha Grande Nascente, Marinha Grande Poente e Vieira de Leiria, para o ano letivo 2014/2015”*.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

32 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO - REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA

693 - Considerando que o Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, foi aprovado em reunião de câmara de 13 de dezembro de 2012, com as alterações introduzidas e aprovadas em reunião de câmara de 11 de junho de 2013 e enuncia três modalidades de apoio: atividades de carácter anual, atividades de carácter pontual e apoio a infraestruturas;

Considerando que o n.º 3 do artigo 11.º do Regulamento refere que *“Excecionalmente, as candidaturas ao programa de apoios a atividades pontuais podem ser apresentadas para além do prazo referido no n.º 1, desde que o pedido seja devidamente fundamentado e entregue com a antecedência mínima de 60 dias em relação à data de realização da atividade”*.

Considerando que se verifica que a exceção, prevista no regulamento, de admissão apenas de candidaturas a programas de apoios pontuais, está a limitar e a restringir as entidades do concelho, designadamente quando necessitam obras de melhoria de infraestruturas.

A Câmara Municipal da Marinha Grande de acordo com as competências previstas na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea k) n.º 1 do artigo 33.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, delibera submeter à aprovação da Assembleia Municipal a alteração do n.º 3 do artigo 11.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, que deve passar a ter a seguinte redação:

(...)

“3 - Excecionalmente, as candidaturas aos programas de apoios a atividades pontuais e de apoio a infraestruturas, podem ser apresentadas para além do prazo referido no n.º 1, desde que o pedido seja devidamente fundamentado”.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/08/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 19

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“Considerando que há um regulamento em vigor para apoio ao associativismo (Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra), independentemente de todas as reservas que tenho sobre a sua estruturação e os critérios de apreciação das candidaturas, não entendo porque agora surge uma proposta de alteração apenas centrada no aditamento da expressão “e de apoio a infraestruturas” e na retirada do pedido “fundamentado da antecedência mínima de 60 dias” quando, na verdade, o documento deveria ser revisto na totalidade e não apenas numa das partes.

Esta proposta materializa aquilo que o MpM – Movimento pela Marinha tem vindo a dizer desde o início do mandato. A Câmara Municipal não tem uma estratégia para o associativismo apenas apoia as associações que quer de forma discricionária, alterando o regulamento à medida das decisões que pretende tomar.”

O Sr. Vereador Vítor Pereira proferiu a seguinte declaração de voto:

“A presente proposta de alteração ao regulamento em causa consubstancia uma necessidade sentida em termos de acautelamento e resolução de situações excecionais em termos de infraestruturas. As alterações propostas visam acautelar os interesses das associações do nosso concelho e não estabelecer critérios injustos na distribuição de apoio conforme malevolamente foi afirmado pelo Sr. Vereador Aurélio Ferreira.

Toda a nossa vida coletiva, quer como dirigentes desportivos quer como autarcas, estamos convictos do nosso amor e do nosso apoio à atividade associativa do concelho, não recebendo lições de quem tão pouca ou quase nenhuma atividade tem nesse envolvimento.”

33 - TRANSFERÊNCIA HABITACIONAL DA INQUILINA CATARINA SOLANGE SOARES, RESIDENTE NA PRACETA DA LIBERDADE, BLOCO 3, R/C DTO., POR MOTIVO DE ADEQUAÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR À TIPOLOGIA DA HABITAÇÃO

694 - Presente informação n.º 1169 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – DCD - datada de 05 de agosto de 2014, referente ao pedido de transferência habitacional por parte da inquilina Catarina Solange Soares, por motivo de adequação do agregado familiar à tipologia da habitação.

Considerando que em 26 de agosto de 2011, através de requerimento com o registo de entrada 7801/2011, a referida inquilina solicitou transferência habitacional, para uma habitação de maior dimensão, situação motivada pelo nascimento de um filho.

Considerando que na data não foi possível atender o seu pedido, uma vez que as habitações disponíveis não se encontravam em condições de habitabilidade, dado necessitarem de obras de conservação.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
14/08/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 19

Considerando que ao longo destes anos, a inquilina tem vindo a reiterar o seu pedido de transferência habitacional para um fogo de tipologia T3, dado atualmente ocupar um de tipologia T2, que se tem revelado diminuto para as necessidades da família.

Considerando que no passado dia 17 de julho do corrente ano, uma outra inquilina solicitou transferência habitacional para uma habitação de tipologia T2, dado atualmente, o seu agregado familiar ser constituído apenas por si e pela sua filha, pelo que não necessita de uma habitação de tipologia T3.

Considerando que, após indagar as inquilinas sobre a possibilidade de permuta de habitações e, destas tomarem conhecimento das condições de conservação dos dois fogos – através de uma visita efetuada a cada uma das habitações - concordaram com a referida transferência, considerando que tal situação dá resposta às necessidades por ambas sentidas. Ou seja, a adequação da tipologia da habitação ao número de pessoas dos respetivos agregados familiares.

Considerando que ao abrigo do nº1, do art. 24º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande *“A transferência de fogos de habitação social, far-se-á de entre outros, por motivo de idade, doença grave, aumento e/ou redução do agregado familiar”.*

Considerando que não existem faturas de água por liquidar.

Considerando que ao abrigo do disposto do nº2, do art. 24º, do referido Regulamento Municipal *“A possibilidade de transferência está condicionada não só à existência de fogos disponíveis para atribuir, mas também de outras pessoas mais carenciadas e, ainda à inexistência de rendas em atraso”*, verificando-se à data, a inexistência de qualquer valor por saldar.

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso da competência prevista na alínea ee), do nº1, do artigo 33º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, autorizar a transferência da inquilina Catarina Solange Soares, para a habitação sita na Rua Júlio Braga Barros, Bloco 1, 2º C, Casal de Malta.

Mais delibera, que o valor da renda se mantenha nos 4,85€ (quatro euros e oitenta e cinco cêntimos), dado não se ter verificado qualquer alteração, quer na constituição do agregado familiar, quer nos rendimentos auferidos pelo mesmo, desde a última atualização efetuada.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

34 - TRANSFERÊNCIA HABITACIONAL DA INQUILINA ROSA MANUELA FERREIRA MARTINS, RESIDENTE NA RUA JÚLIO BRAGA BARROS, BLOCO 1, 2ºC, POR MOTIVO DE ADEQUAÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR À TIPOLOGIA DA HABITAÇÃO

695 - Presente informação n.º 1170 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – DCD - datada de 05 de agosto de 2014, referente ao pedido de transferência habitacional por parte da inquilina Rosa Manuela Ferreira Martins, por motivo de adequação do agregado familiar à tipologia da habitação.

Considerando que no dia 17 de julho, através de requerimento com o registo de entrada 5980/2014, a referida inquilina solicitou transferência habitacional, para uma habitação de menor dimensão, pelo facto do seu filho ter deixado de fazer parte do seu agregado familiar.

Considerando que ocupa presentemente uma habitação tipologia T3 e, o seu agregado familiar é constituído apenas por si e pela sua filha, não necessitando de uma habitação de tipologia T3.

Considerando que em agosto de 2011, uma outra inquilina solicitou transferência habitacional, para uma habitação de maior dimensão, situação motivada pelo nascimento de um filho.

Considerando que na data não foi possível atender o seu pedido, uma vez que as habitações disponíveis não se encontravam em condições de habitabilidade, dado necessitarem de obras de conservação.

Considerando que ao longo destes anos, a inquilina tem vindo a reiterar o seu pedido de transferência habitacional para um fogo de tipologia T3, dado atualmente ocupar um de tipologia T2, que se tem revelado diminuto para as necessidades da família.

Considerando que, após indagar as inquilinas sobre a possibilidade de permuta de habitações e, destas tomarem conhecimento das condições de conservação dos dois fogos – através de uma visita efetuada a cada uma das habitações - concordaram com a referida transferência, considerando que tal situação dá resposta às necessidades por ambas sentidas. Ou seja, a adequação da tipologia da habitação ao número de pessoas dos respetivos agregados familiares.

Considerando que ao abrigo do nº1, do art. 24º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande *“A transferência de fogos de habitação social, far-se-á de entre outros, por motivo de idade, doença grave, aumento e/ou redução do agregado familiar”.*

Considerando que não existem faturas de água por liquidar.

Considerando que ao abrigo do disposto do nº2, do art. 24º, do referido Regulamento Municipal *“A possibilidade de transferência está condicionada não só à existência de fogos disponíveis para atribuir, mas também de outras pessoas mais carenciadas e, ainda à inexistência de rendas em atraso”*, verificando-se à data, a inexistência de qualquer valor por saldar.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
14/08/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 19

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso da competência prevista na alínea ee), do nº1, do artigo 33º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, autorizar a transferência da inquilina Rosa Manuela Ferreira Martins, para a habitação sita na Praceta da Liberdade, Bloco 3, R/C Dto., Casal de Malta.

Mais delibera, que o valor da renda se mantenha nos 4,85€ (quatro euros e oitenta e cinco cêntimos), dado não se ter verificado qualquer alteração, quer na constituição do agregado familiar, quer nos rendimentos auferidos pelo mesmo, desde a última atualização efetuada.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

35 - RESUMO DE TESOURARIA

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia treze de agosto de dois mil e catorze, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **5.523.469,33 €** (cinco milhões, quinhentos e vinte e três mil, quatrocentos e sessenta e nove euros e trinta e três cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

696 - De acordo com o previsto no art.º 19º do Código do Procedimento Administrativo, a Câmara delibera por unanimidade analisar o seguinte assunto:

36. REQ. N. 109/14, DATADO DE 12/08/2014 – PC N.º 342/12, DATADO DE 19/11/2012 – FRUTEMBAL – PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE EMBALAGENS, LDA

⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

36 - REQ. N. 109/14, DATADO DE 12/08/2014 – PC N.º 342/12, DATADO DE 19/11/2012 – FRUTEMBAL – PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE EMBALAGENS, LDA

697 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 1209/14 de 12-08-2014, em nome de FRUTEMBAL – PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE EMBALAGENS, LDA, com sede na Rua da Fábrica, n.º 10, Escoura, Marinha Grande, a solicitar a prorrogação do prazo concedido para

apresentar o processo de licenciamento (legalização) dos edifícios industriais, sitos em Escoura, freguesia e concelho da Marinha Grande, de que é proprietária.

A Câmara Municipal analisou o referido requerimento - apresentado na sequência da notificação da deliberação camarária n.º 50, datada de 20-02-2014, em que era imposto o prazo de 120 dias para a requerente entregar processo de licenciamento (legalização) dos edifícios industriais de que é proprietária - em que é solicitada a prorrogação do mencionado prazo, e

- Considerando que a interessada invocou, como motivos para a dita prorrogação, o facto de o processo de licenciamento apresentar complexidade técnica e burocrática e os técnicos responsáveis pela elaboração dos respetivos projetos se encontrarem de férias;
- Considerando que não obstante ter sido concedido um longo período para proceder à preparação de todo o processo de licenciamento, a interessada nada fez;
- Considerando, ainda, que o correto ordenamento do território impõe a legalização dos ditos edifícios;

Delibera DEFERIR, face à importância que assume a indústria para o desenvolvimento económico do concelho, o pedido apresentado por FRUTEMBAL – PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE EMBALAGENS, LDA, com sede na Rua da Fábrica, n.º 10, Escoura, Marinha Grande, para prorrogação do prazo para entrega do processo de licenciamento (legalização) de edifícios destinados a indústria, sitos em Escoura, freguesia e concelho da Marinha Grande, por mais sessenta dias, contados da data da notificação da presente deliberação.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Tendo em conta que a Rua das Laranjeiras se encontra em obras, o **Sr. Vereador Carlos Logrado** sugeriu a colocação, do lado sul, de lombas para redução da velocidade e para a vala de escoação de águas.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** informou que se vai intervir também nos pluviais, e que a sugestão vai ser transmitida à técnica da DOT autora do projeto.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
14/08/2014.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 19

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

698 - Por último, a Câmara delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 12:50 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente

A Secretária da reunião